



/2015

Senhor Presidente.

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que ouvido os membros, se digne adotar as providências necessárias à convidar o Comandante do Exército Brasileiro, General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, para comparecer ao Plenário da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO da Câmara dos Deputados a fim de prestar informações sobre a limitação e contingenciamento orçamentário e o papel das forças armadas na defesa de nossas fronteiras .

JUSTIFICAÇÃO

A LOA 2014 (Lei Orçamentária Anual) não atendeu integralmente às necessidades de recursos referentes às etapas contratuais com execução no atual exercício. Em função das realidades orçamentárias há sempre a possibilidade de que novos cronogramas impliquem em atraso nas programações contratuais e executivas.

Sete projetos considerados estratégicos e prioritários para o Exército sofreram alterações em seu cronograma físico-financeiro devido aos contingenciamentos na área de defesa, de acordo com o órgão, incluem o Sistema de Monitoramento da Fronteira (Sisfron), a nova família de blindados sobre rodas Guarani, o veículo lançador

de mísseis e foguetes Astros 2020, o programa de proteção das instalações terrestres Proteger, Defesa Antiaérea, Defesa Cibernética e Recuperação da Capacidade Operacional, sendo que 3 (três) desses projetos estavam no PAC.

O Contingenciamento de verbas e cortes orçamentários atingiram os principais projetos da área de defesa e as Empresas do setor se queixam do ritmo lento de liberação dos recursos. Do total previsto para 2014, o Ministério da Defesa informou ter empenhado 88%, pouco menos de R\$ 4 bilhões, mas efetivamente pagou 36%, cerca de R\$ 1,5 bilhão.

O Exército afirmou que o impacto maior dos atrasos no repasse de recursos para os projetos estratégicos se reflete nos prazos de entrega dos resultados.

As fronteiras também geram apreensão e insegurança quando o assunto é defesa do território e da soberania nacional contra possíveis ataques estrangeiros em busca, sobretudo, de riquezas naturais e de tráfico de drogas e armas.

Para se ter uma ideia, as fronteiras brasileiras consistem em mais de 16 mil quilômetros de extensão, grande parte deles cortados por rios, florestas, montanhas e lagos, o que dificulta a defesa do território brasileiro. A leste, são cerca de 7 mil quilômetros de litoral, composto, sobretudo, por praias de fácil acesso, sem grandes acidentes geográficos, o que dificulta significativamente o trabalho das Forças Armadas.

Vale destacar que as fronteiras é sim uma das questões centrais quando se trata de defesa de território, visto que hoje o tráfico de drogas, de armas, contrabando de mercadorias e proximidade com áreas de atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) são alguns dos vários problemas que preocupam veementemente a defesa nacional em relação as divisas e áreas limítrofes do Brasil, por se tratar de país rico naturalmente e cobiçado por outras nações.

Isto posto, esperamos, pois, ver o presente requerimento aprovado pelo Plenário, depois de recebido e processado pela douta Mesa.

Sala das Sessões, em de de 2015.

DELEGADO WALDIR
DEPUTADO FEDERAL – PSDB/GO